

SEC-BA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

**PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO
EM SAÚDE - ENFERMAGEM**

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Conhecimentos Contextuais
- ✓ Conhecimentos sobre Políticas Educacionais e de Combate à Pobreza
- ✓ Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL SEC/SUDEPE Nº 002/2026, DE 22
DE JANEIRO DE 2026

Questões gabaritadas
da banca IBFC
conteúdo de acordo
com o edital



Secretaria de Educação do Estado da Bahia

SEC-BA

Professor Orientador de Estágio em Saúde - Enfermagem

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Professor Orientador de Estágio em Saúde - Enfermagem de acordo com o Edital nº 002/2026, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC-BA*

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da *banca IBFC*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS DE TEXTOS	9
TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS EXTRAÍDOS DE LIVROS, PERIÓDICOS CONTEMPORÂNEOS EM MEIOS IMPRESSOS E ELETRÔNICOS	9
■ TEXTOS MISTOS: VERBAIS E NÃO VERBAIS INCLUSIVE IMAGÉTICOS.....	12
■ SEMÂNTICA E O SENTIDO DAS PALAVRAS.....	13
RELAÇÃO ENTRE SIGNIFICANTES (SINAIS, SÍMBOLOS, PALAVRAS E FRASES).....	13
■ PONTUAÇÃO E SEUS RECURSOS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS	15
CONHECIMENTOS CONTEXTUAIS	27
■ CONHECIMENTOS CONTEXTUALIZADOS À REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SUAS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS	27
TEMAS DE INTERESSE DO MUNDO GLOBALIZADO PAUTADOS PELAS DIVERSAS MÍDIAS E TEMAS DE REPERCUSSÃO E RELEVÂNCIA VEICULADOS NAS MÍDIAS EM ÂMBITO NACIONAL E LOCAL.	27
■ VISÃO CRÍTICA FRENTE AOS DESAFIOS APRESENTADOS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO GLOBAL, ESPECIFICAMENTE NO BRASIL E AS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	146
CONHECIMENTOS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE COMBATE À POBREZA.....	149
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E LEI 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024 149	
■ CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA DA EDUCAÇÃO.....	176
■ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	178
■ HISTÓRICO, OBJETIVOS, RESULTADOS ALCANÇADOS, ÍNDICES DE POBREZA NO BRASIL E NO MUNDO, PROJETOS SOCIAIS E LEGISLAÇÃO	180
DECRETO 12830/11 (BAHIA).....	181
■ DECRETO FEDERAL 4.564/2003.....	183
■ RESOLUÇÃO Nº 01, DE 5 DE JANEIRO DE 2021	184
■ RESOLUÇÃO Nº 03 DE 8 DE ABRIL DE 2025.....	189

NOÇÕES GERAIS DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO	199
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	199
ART. 1º	199
ART. 3º	200
ART. 4º	200
ART. 5º	201
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, (CAP. XXIII “DO NEGRO”)	222
■ LEI FEDERAL Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL)	222
■ LEI ESTADUAL Nº 13.182, DE 06 DE JUNHO DE 2014 (ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E DE COMBATE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA).....	237
REGULAMENTADA PELO DECRETO ESTADUAL Nº 15.353, DE 08 DE AGOSTO DE 2014, DECRETO ESTADUAL Nº 15.670 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014, DECRETO ESTADUAL Nº 15.671 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014, DECRETO ESTADUAL Nº 15.669, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.....	237
■ LEI FEDERAL Nº 7.716, DE 05 DE JANEIRO DE 1989 (TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR)	249
■ DECRETO FEDERAL Nº 65.810, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1969 (CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL)	255
■ DECRETO FEDERAL Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 (CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER).....	267
■ LEI FEDERAL Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA).....	272
■ CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (ART. 140)	284
■ LEI FEDERAL Nº 9.455, DE 07 DE ABRIL DE 1997 (COMBATE À TORTURA)	285
■ LEI FEDERAL Nº 2.889, DE 01 DE OUTUBRO DE 1956 (COMBATE AO GENOCÍDIO).....	289
■ LEI FEDERAL Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985 (LEI CAÓ)	290
■ LEI ESTADUAL Nº 10.549, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006	293
MODIFICA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	293
■ LEI ESTADUAL Nº 12.212, DE 04 DE MAIO DE 2011	296
MODIFICA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E CARGOS EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	296
■ LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003	300
■ LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008.....	303

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	311
■ FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	311
■ ETAPAS DO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM (SAE).....	321
■ TÉCNICAS BÁSICAS	321
VERIFICAÇÃO DE SINAIS VITAIS	321
HIGIENIZAÇÃO E CONFORTO	327
■ ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS E O CONTEXTO CRUCIAL DA SUA DOSAGEM.....	329
VIAS DE ADMINISTRAÇÃO	331
CÁLCULO E DILUIÇÃO DE MEDICAMENTOS.....	341
■ CONTROLE DE INFECÇÃO	345
PRECAUÇÕES, NORMA PADRÃO E ISOLAMENTOS.....	345
■ ESTERILIZAÇÃO E DESINFECÇÃO	348
■ FARMACOLOGIA	359
CLASSIFICAÇÃO.....	361
EFEITOS COLATERAIS DAS PRINCIPAIS CLASSES DE DROGAS.....	362
■ ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA: CONHECIMENTO BÁSICO DOS SISTEMAS ORGÂNICOS	366
■ ESSENCIALIDADE NO ENTENDIMENTO DE PATOLOGIAS.....	383
■ SAÚDE COLETIVA E SUS E SEUS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	385
UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE	385
■ NÍVEIS DE ATENÇÃO (PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA, TERCIÁRIA)	394
ATENÇÃO PRIMÁRIA.....	394
■ ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE (RAS)	396
■ PROGRAMAS DE SAÚDE PÚBLICA	396
SAÚDE DA FAMÍLIA	396
IMUNIZAÇÃO	397
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	404
■ LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL	412
RELAÇÕES HARMÔNICAS ENTRE O PROFISSIONAL, O PACIENTE E SEUS FAMILIARES.....	425

■ LEI DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (LEI Nº 7.498/86 E DECRETO Nº 94.406/87).....	426
■ PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO DA ENFERMAGEM	432
■ ELABORAÇÃO DE PLANO DE ENSINO E PLANO DE AULA.....	433
■ USO DE METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	434
PBL.....	434
TBL.....	434
SIMULAÇÃO CLÍNICA.....	434
ESTUDO DE CASO	435
DISCUSSÃO EM GRUPO	435
APRENDIZAGEM COLABORATIVA	436
■ INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	436
OS DIFERENTES PAPÉIS DA AVALIAÇÃO SOMATIVA	437
■ PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DE AULAS PRÁTICAS, LABORATÓRIO E CAMPOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	438
■ CONTEXTOS DA PESQUISA EM ENFERMAGEM E A MELHORIA DA PRÁTICA CLÍNICA.....	441
SAÚDE DO IDOSO.....	443
SAÚDE DO ADULTO.....	444
SAÚDE MATERNO-INFANTIL	445
SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	449
SAÚDE PSICOSSOCIAL	453
SAÚDE COLETIVA	457
SUPERVISÃO E GESTÃO DA SAÚDE.....	459
CENÁRIOS DE CRISE E EMERGÊNCIAS.....	459
■ FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO AGENTE PÚBLICO DE ENFERMAGEM	464
■ INOVAÇÕES EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE	465
■ CURRÍCULO DE CURSOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA E FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR.....	468
PRINCIPAIS DEMANDAS.....	468
DESAFIOS ATUAIS E TENDÊNCIAS PARA OS CURRÍCULOS DE ENFERMAGEM.....	469
■ MELHORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ASSISTÊNCIA À SAÚDE	470
■ NEXOS INTERSETORIAIS, PLANOS DECENAIS E SISTEMATIZAÇÃO DE PRÁTICAS COOPERATIVAS ENTRE REDES E SISTEMAS DE SAÚDE	471

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS DE TEXTOS

TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS EXTRAÍDOS DE LIVROS, PERIÓDICOS CONTEMPORÂNEOS EM MEIOS IMPRESSOS E ELETRÔNICOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

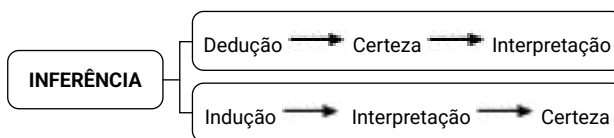
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

CONHECIMENTOS CONTEXTUAIS

CONHECIMENTOS CONTEXTUALIZADOS À REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SUAS DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

TEMAS DE INTERESSE DO MUNDO GLOBALIZADO PAUTADOS PELAS DIVERSAS MÍDIAS E TEMAS DE REPERCUSSÃO E RELEVÂNCIA VEICULADOS NAS MÍDIAS EM ÂMBITO NACIONAL E LOCAL.

Julho de 2025

- **Como Trump usa a “teoria do louco” para reconfigurar a política mundial — e por que isso tem funcionado¹**

Desde seu retorno à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump tem adotado uma estratégia diplomática baseada na “teoria do louco”, uma tática herdada da Guerra Fria e popularizada por Richard Nixon.

A ideia central é projetar uma imagem de imprevisibilidade extrema e agressividade calculada com o objetivo de intimidar adversários e forçar concessões vantajosas nas negociações internacionais.

- **Aplicações da “teoria do louco” no cenário global**

Trump tem aplicado essa abordagem em diversas frentes:

- **China:** ameaças e imposição de tarifas comerciais abruptas para pressionar Pequim em negociações comerciais e tecnológicas;
- **Irã:** retirada do acordo nuclear e ameaças militares para forçar um novo pacto sob condições mais rígidas; e
- **Aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan):** cobranças públicas para que aumentem seus gastos militares, acompanhadas de advertências sobre redução do comprometimento americano.

No caso recente do Brasil, o anúncio repentino de **tarifas de 50% sobre produtos brasileiros** e a retirada de tropas americanas da Europa Oriental refletem essa estratégia de ações bruscas que criam incerteza e pressão.

- **Resultados e repercussões da estratégia**

Embora seja alvo de críticas por especialistas que temem uma desestabilização global e desgaste da credibilidade dos EUA, a “teoria do louco” tem obtido alguns resultados concretos:

- países como **Arábia Saudita** e **Turquia** demonstraram maior flexibilidade e disposição para negociações favoráveis a Washington; e
- o medo da imprevisibilidade levou adversários a **cederem em certos pontos-chave** para evitar confrontos diretos ou sanções punitivas.

- **Os riscos dessa aposta geopolítica**

Entretanto, analistas alertam para os perigos dessa postura:

- erosão da confiança internacional nos EUA como mediador estável e confiável;
- aumento do risco de crises inesperadas e conflitos acidentais devido à volatilidade das decisões; e
- potencial isolamento em fóruns multilaterais importantes, que exigem diálogo e cooperação constante.

- **A “teoria do louco” e seus impactos na diplomacia dos EUA**

A “teoria do louco” de Trump representa uma mudança radical na diplomacia americana, que aposta na intimidação calculada para obter ganhos rápidos.

Embora eficaz em algumas negociações, ela pode comprometer a posição dos EUA a médio e longo prazo, exigindo dos demais países uma postura adaptativa para lidar com essa imprevisibilidade.

¹ LITTLE, A. Como Trump está usando a ‘Teoria do Louco’ para tentar mudar o mundo (e está funcionando). **G1**, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/07/como-trump-esta-usando-a-teoria-do-louco-para-tentar-mudar-o-mundo-e-esta-funcionando.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CONHECIMENTOS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE COMBATE À POBREZA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E LEI 14.945, DE 31 DE JULHO DE 2024

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO E DEBATES

Para a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade, é preciso a participação dos estudantes em todas as atividades cotidianas da escola, para a efetivação de uma real inclusão desses sujeitos.

Por isso, antes de debater as legislações, é preciso considerar os **aspectos históricos, psicossociais, políticos e pedagógicos** que envolvem a educação especial inclusiva. Nesse contexto, Mendes (2010) analisa as mudanças históricas e sociais do campo da educação especial inclusiva no Brasil.

Segundo apresenta, é possível relacionar práticas e concepções vigentes ao contexto mais amplo de um país marcado por um longo período de descaso do poder público em relação à escolarização da população em geral e da presença marcante de instituições privadas de viés mais assistencialista-filantrópico do que educacional.

Assim, segundo a autora, iniciativas isoladas foram constatadas no Brasil na área da educação especial inclusiva até a década de 1970, quando respostas mais abrangentes são dadas a essa questão, especialmente com questionamentos ao pressuposto da segregação escolar como alternativa para o melhor atendimento às necessidades educacionais diferenciadas.

Fortalece-se, então, o princípio da integração escolar até a década de 1990, quando, em um contexto de redemocratização, começa a emergir o discurso atual da educação inclusiva, embora permaneça o quadro generalizado de exclusão escolar desses sujeitos.

Para Mendes (2010), essa situação não se limita à falta de acesso, mas se estende à ausência de profissionais qualificados, de recursos e de responsabilização do poder público ao direito à educação.

Considerando essas mudanças referentes ao campo da educação especial inclusiva no Brasil, é importante ressaltar as orientações e determinações presentes nos documentos legais, promulgados nos últimos anos, como:

- a Constituição Federal, de 1988;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996;
- a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2011;
- a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008;

- o Plano Nacional de Educação, de 2014; e
- a Lei nº 13.146, de 2015.

Entende-se que esses regulamentos representaram grandes avanços a nível nacional, principalmente no que diz respeito aos objetivos da educação especial inclusiva, ao seu público-alvo e ao papel do Estado na efetivação das políticas e do direito à educação, direito formal de todos os cidadãos, no âmbito dos direitos sociais.

Em relação à educação de pessoas com deficiência, esses documentos refletem os avanços históricos quanto aos objetivos da educação especial inclusiva, sendo que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) apresenta uma visão mais ampla e flexível, considerando que o objetivo principal é assegurar a proteção da dignidade da pessoa com deficiência.

São estabelecidos novos direitos tanto no âmbito educacional — como acesso, permanência, aprendizagem e participação nas instituições de ensino — quanto no mercado de trabalho, na habitação, na saúde, dentre outros âmbitos, para possibilitar vivências dignas e igualitárias.

Essa ampliação também pode ser observada em relação ao público-alvo, já que há, nos documentos recentes, uma caracterização das especificidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, a serem observadas nas práticas de ensino-aprendizagem.

Há, assim, um novo olhar à perspectiva da educação inclusiva, com o estabelecimento de linhas de ações que norteiam a compreensão da inclusão como um movimento para além da educação de pessoas com deficiência.

Todavia, a efetivação do direito à educação e de outros direitos a potencializar a inclusão desses sujeitos ainda encontra uma série de dificuldades, especialmente em um país como o Brasil, marcado por diferenças culturais e desigualdades sociais significativas. Para Mendes (2010), apesar da expansão, em um contexto de fortalecimento do pensamento neoliberal e de minimização da responsabilidade do poder público, mantém-se, atualmente, a necessidade de construção de uma escola pública de qualidade e democrática para todos.

Nesse contexto, Ainscow (2009) discute sobre os desafios e possibilidades vinculados à educação inclusiva, o executando por meio de uma revisão ampla das perspectivas que se fazem presente nesse campo de conhecimento.

Para o autor, existem várias ideias de inclusão a nível internacional e que **questionam a própria organização escolar**, a saber:

- inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial;
- inclusão como resposta a exclusões disciplinares;
- inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão;
- inclusão como forma de promover escola para todos;
- inclusão como educação para todos.

Feito isso, Ainscow (2009) apresenta o modo como a inclusão, mais do que uma definição única e consensual, deve ser desenvolvida nas escolas, de acordo com seu contexto particular. Para ele, deve-se apresentar,

NOÇÕES GERAIS DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ART. 1º

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Dica

Para auxiliá-lo na memorização dos mencionados fundamentos, guarde o mnemônico “**SO-CI-DI-VA-PLU**”:

- Soberania;
- Cidadania;
- Dignidade;
- Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- Pluralismo político.

A Soberania

Como preleciona José Afonso da Silva (2017), a soberania é um poder **supremo e independente**. É, ainda, fundamento do próprio conceito de Estado. Diante disso, não precisaria ser mencionada no Texto Constitucional.

A demonstração do poder soberano pode ser vista de forma interna (poder do Estado, sendo, nesse caso, exteriorizada pela prevalência de suas normas e decisões sobre todas as demais proferidas) ou externa (quando nos relacionamos com entidades internacionais, sendo, nesse caso, exteriorizada pela não

subordinação a nenhum outro Estado, decidindo pela subordinação a determinada regra somente quando livremente manifestado).

A Cidadania

Podemos considerar cidadania como um objeto de direito fundamental, pois é a participação do indivíduo no Estado democrático de direito.

No Texto Constitucional, em sentido amplo, a existência da cidadania está atrelada à vivência social, à construção de relações, à mudança de mentalidade, à reivindicação de direitos e ao cumprimento de deveres.

Assim, podemos concluir que a cidadania pode ser exercida não somente com o direito de voto, mas também com a participação do cidadão em conselhos de temas importantes, como saúde e educação, com o comparecimento em audiências públicas e com a participação nas reuniões referentes ao orçamento participativo.

Vale ressaltar que nem toda pessoa é considerada cidadã. Em provas de concurso, é importante observar que cidadão é todo ser humano que está em condição de votar e ser votado. Assim, podemos concluir que uma criança e os estrangeiros não naturalizados não podem ser considerados cidadãos.

Atenção! Cuidado para não confundir cidadania com nacionalidade: nacionalidade é o vínculo jurídico político que une uma pessoa a um Estado, ao passo que cidadania é a participação do indivíduo no Estado. Inclusive, a nacionalidade é requisito para ser cidadão, ou seja, para ser cidadão o indivíduo deve ser brasileiro nato ou naturalizado.

A Dignidade da Pessoa Humana

A dignidade da pessoa humana é um valor que influencia o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem consagrados no Texto Constitucional. É uma proteção do indivíduo não somente em face do Estado, mas também perante toda a sociedade.

Nesse sentido, Alexandre de Moraes (2011) considera que a dignidade da pessoa humana é valor espiritual e moral que se manifesta na autodeterminação da própria vida e traz consigo a busca pelo respeito por parte das demais pessoas.

Note que a dignidade da pessoa humana é o direito de titularidade universal, isto é, todos têm acesso a esse direito pelo simples fato de serem pessoas. Assim, a nacionalidade e/ou capacidade não são fatores que possibilitam maior proteção: o que o faz é o fato de ser cidadão, seja ele nacional ou estrangeiro.

Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa

Dispositivo que objetiva a proteção ao trabalho, pois é por meio dele que o homem garante sua subsistência e o crescimento do Brasil.

Aqui, não se faz menção somente ao “trabalhador CLT”, mas também aos autônomos, empresários, empreendedores e empregadores.

Portanto, é necessário estabelecer a proteção desse importante direito social. Por sua vez, a livre iniciativa consiste numa doutrina que defende a total liberdade para o exercício de atividades econômicas, sem qualquer interferência do Estado.

1 “Trabalhador CLT” é um termo popular utilizado para definir trabalhador/funcionário regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (portanto, com carteira assinada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM

Os princípios, conceitos e técnicas aplicados no processo de enfermagem são essenciais para o desenvolvimento técnico-prático da assistência em saúde. A fundamentação desse cuidado abrange desde a aplicação de técnicas simples — como a higienização das mãos — até o aperfeiçoamento de práticas de assistência direta ao paciente, como manuseio de medicações, dispositivos, acessos, entre outros.

Uma das principais pesquisadoras da enfermagem, Wanda Horta (1974), define a enfermagem como a arte do cuidar, cabendo-lhe o desenvolvimento de práticas fundamentadas na promoção em saúde, bem como na prevenção e reabilitação de doenças. Os princípios responsáveis por guiar a prática emergem do processo vital, da centralidade do cuidado e das necessidades humanas básicas.

Nesse contexto, serão abordadas a seguir as principais temáticas a respeito da fundamentação da assistência de enfermagem.

CONCEITO DE SAÚDE E DOENÇA

A Organização Mundial da Saúde conceitua saúde não apenas como a ausência de doenças, mas como um **bem-estar físico, mental e social**. A doença, por sua vez, caracteriza-se por uma alteração dinâmica nesse bem-estar, manifestando-se através de um conjunto de sinais e sintomas que afetam direta ou indiretamente o indivíduo, seja num nível físico, mental ou social.

O profissional de enfermagem, junto à equipe multiprofissional dentro do contexto do cuidado em saúde, é responsável pelo seu restabelecimento. No entanto, para que isso seja possível, é necessário o conhecimento prévio das fundamentações teórico-práticas ao desenvolvimento da assistência, as quais serão abordadas a seguir.

BASES ESSENCIAIS PARA A PRÁTICA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

É sabido que a enfermagem é uma profissão pautada na promoção da saúde e da recuperação do bem-estar do paciente. Sendo assim, é de suma importância que os profissionais envolvidos nela estejam aptos a identificar sinais e sintomas de alterações orgânicas, bem como a conhecer os métodos para alcançar os melhores resultados nos tratamentos propostos.

Para tal, vale ressaltar que, antes da realização do exame físico, é importante estar atento a medidas de precaução contra infecções relacionadas à assistência em saúde (IRAS). Dentre estas, a primeira e principal é realizar a higiene das mãos.

Importante!

A segurança do paciente é um tópico muito cobrado nos concursos. A higiene das mãos é considerada uma ação isolada, fundamental para evitar infecções, uma vez que a forma mais comum de transmissão de doenças infectocontagiosas é através do contato manual.

ANAMNESE

A assistência de enfermagem dentro do contexto hospitalar abrange desde a admissão do paciente até sua alta, transferência para outra unidade hospitalar ou óbito, sendo necessário o conhecimento de rotinas de admissão, anotações de enfermagem, relatórios, entre outros processos.

A **admissão de enfermagem** é tida como o registro de entrada do paciente na unidade hospitalar, sendo necessário o conhecimento de práticas de anamnese do paciente, exame físico, registros de informações sobre sinais vitais e estado de saúde no geral.

A **anamnese** é a entrevista inicial realizada por um profissional de saúde para a identificação de informações importantes ao cuidado e ao estabelecimento do diagnóstico atual. Os elementos essenciais ao seu desenvolvimento abrangem a **identificação** correta do paciente, com anotações de dados importantes como nome completo, data de nascimento, naturalidade etc. São registrados a queixa principal, o histórico médico pregresso e atual, antecedentes familiares, história pessoal, entre outros aspectos.

A anamnese é a base para a realização posterior do exame físico, que se caracteriza pela utilização de técnicas e manobras específicas para o diagnóstico de sinais adjacentes ao desenvolvimento de doenças. O roteiro do exame físico engloba a realização de técnicas de inspeção, palpação, percussão e ausculta.

SINAIS VITAIS

Os sinais vitais são a temperatura corporal, a frequência cardíaca (pulsação), a frequência respiratória e a pressão arterial. **A dor também é considerada um sinal vital**. Esses sinais refletem o estado de saúde do paciente e são marcadores muito importantes, pois indicam a condição fisiológica e até situação de estresse psíquico, além de serem imprescindíveis durante o exame físico.

Vejam os principais momentos nos quais se deve verificar os sinais vitais:

- no ato da admissão;
- antes e após qualquer procedimento cirúrgico;
- antes, durante e após administração de medicamentos que afetem os sinais vitais;
- de acordo com a rotina ou protocolos da instituição;
- sempre que houver alterações no estado do paciente.

Vejam, a seguir, cada um dos sinais vitais:

Temperatura

Controlada pelo hipotálamo, a temperatura deve se manter equilibrada e estável ao longo do dia para

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ATIVAR DESCONTO!